

Francisco Fernando da Encarnação Dias

Francisco Fernando da Encarnação Dias

Francisco Fernando da Encarnação Dias

Aos vinte e quatro dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em sessão extraordinária, sob a Presidência do Presidente, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António Rodrigues Garcês e João Barreto Ferraz Sachetti Malheiro Távora, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais Henrique Manuel Marques Domingos, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Manuel Maria de Melo Alte da Veiga, Albertino Moreira de Oliveira, Carlos Vicente Ferreira, Manuel Simões Pontes, Maria Helena Dias Camelo, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Domingos Simões Maia, João Pereira Soares, Rui José Gomes de Brito, Carlos Júlio Lourenço Paciência, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho Melo, Ulisses Manuel Brandão Pereira, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Jaime Rodrigues Machado, Fernando Augusto Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Jaime Ferreira Marques Vieira e Eugénio Martins das Neves.

Pelas 21 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais António Manuel Pinho Soares Machado, Fernando Conceição Mendes, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António José Valente, Maria de Fátima Cardoso de Faria Tavares, Jaime Rodrigues Machado, Manuel Simões Madail, João Gamelas da Silva Matias, Manuel Branco Pontes, Manuel Pereira Cabral Monteiro, Celestino Alberto dos Santos Antunes, António Ferreira da Silva e Manuel Gaspar Fernandes.

Imediatamente a seguir o Presidente deu nota do pedido de justificação de falta apresentada por Celestino Antunes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - A Vogal Maria Antónia Pinho e Melo referiu-se ao problema das entradas de Aveiro, pedindo esclarecimentos quanto às medidas que a Câmara prevê tomar para a protecção das crianças que vão para o Ciclo, onde o trânsito sofreu considerável acréscimo pelo movimento dos camiões TIR.

Entrou o Vogal António Sancho.

Continuando no uso da palavra aquela Vogal pediu esclarecimentos

acerca da situação dos terrenos que a Câmara estaria para comprar na Rua das Perreiras, entre a Variante e o Caminho de Ferro, adiantando que os proprietários se queixam de que a Câmara lhes ofereceu o preço de cinquenta escudos por metro quadrado que consideram revoltante e, por isso, pediram para levantar o problema.

Quanto às eclusas pediu esclarecimentos relativamente à veracidade da notícia segundo a qual a Câmara deve cinquenta mil contos ao empreiteiro e que, por isso, a obra estaria parada.

A finalizar pediu esclarecimentos quanto ao montante gasto pela Câmara na obra de arranjo do Rossio.

De seguida usou da palavra o Vogal Ulisses Manuel Pereira que começou por abordar o problema das Piscinas, afirmando que o projecto das Piscinas passaria para o Sport Clube Beira-Mar, a fim de poder ser participado, adiantando que não lhe parece a melhor solução já que o Clube tem de arranjar vinte por cento do valor global da obra. Continuando no uso da palavra disse que gostava que a situação fosse esclarecida até porque há notícias que praticamente deixam nas entrelinhas a verdade das coisas, referindo a entrevista dada pelo Presidente do Beira-Mar à Gazeta dos Desportos, de 7 de Agosto, na qual, quando se refere ao Presidente da Câmara, que é também Presidente da Assembleia Geral do Beira Mar, afirmou que lhe pediu para que o projecto das Piscinas que vão ser entregues ao Beira Mar ande mais rapidamente. A concluir sobre este assunto, afirmou o mesmo Vogal que entende que é importante que se defina claramente aqui se é ou não verdade que a Câmara vai participar de maneira directa ou indirecta na comparticipação dos vinte por cento que são da responsabilidade do Beira Mar. Adiantou ainda que o Beira Mar é o único Clube que não tem natação, relativamente ao S. Bernardo, ao Galitos e ao Sporting de Aveiro. Quanto a este Clube afirmou que se sabe que tem um projecto que neste momento poderá estar entravado, o que irá avolumar a situação pelo facto de haver outro projecto e a Direcção Geral do Equipamento Rural e Urbano só entregar uma comparticipação para piscinas no Concelho de Aveiro.

Entraram os Vogais António Rocha Andrade e Lúcio Lemos.

Continuando no uso da palavra aquele Vogal abordou o assunto respeitante à lancha para os Serviços de Turismo que considera absolutamente dispensável, afirmando que o prazo da construção foi excedido, acabando por pedir esclarecimentos acerca do custo da lancha, se o mesmo custo superou o que estava orçamentado e quando é que a lancha vai começar a operar.

Abordando de seguida, o problema das eclusas começou por afirmar que a D. Maria Antónia referiu já pontos importantes. No entanto, queria chamar a

Ther...
...

atenção para o facto que é caricato, que de quinze em quinze dias, apareçam responsáveis pelas obras a dizer que elas estarão concluídas em determinado prazo de tempo. Foi imediatamente a seguir às Festas Municipais, foi no princípio de Julho, foi no princípio de Agosto e nós não sabemos concretamente e as pessoas interrogam-se se haverá ou não verdade nos motivos que ultimamente foram aventados relativamente a problemas de ordem financeira.

A finalizar, aquele Vogal, referiu-se ao assunto das obras clandestinas, afirmando que, recentemente, houve a queda de um edifício no centro da Cidade adiantando que a obra era clandestina. E a concluir: temos que fazer reforçar por parte dos Serviços de Fiscalização da Câmara a acção sobre esse tipo de construção. Aliás, isto faz-me lembrar que há muito pouco tempo foi aqui dito que a Câmara ia enveredar por uma acção de repressão relativamente às obras clandestinas, nomeadamente no sector das demolições e obras que não tinham sido feitas, foi aqui focado o problema das garagens na Torre do Centro Urbano e o que é um facto é que as coisas continuam na mesma.

De seguida usou da palavra o Vogal Alte da Veiga que começou por sublinhar as palavras da D. Maria Antónia quanto ao problema do trânsito em frente ao Hospital acrescentando que não é só o Ciclo mas também a Universidade e a Gulbenkian e não é só mau para os peões mas também para o próprio trânsito de veículos que está um pouco confuso. Informou que durante as férias foi à Câmara chamar a atenção porque muita gente estava um pouco apavorada com o que poderia acontecer no início do ano escolar. E a seguir: Não sei que solução é de tomar agora, não sei se é possível sonhar com outra entrada mais directa para o Porto de Aveiro ou se será possível colocar passagens inferiores ou áreas para criar algumas defesas. Ainda ligado a este assunto referiu-se ao entroncamento com a Estrada da Barra que - disse - lhe parece muito deficiente.

Concluindo a sua intervenção referiu-se o mesmo Vogal ao tema poluição, referindo que a Câmara disse que ia tratar do assunto o que não foi feito. Abordou o problema da recolha do lixo que nunca foi standarizado. Ainda se veem comerciantes utilizar nos dias de vento para por cartões e sacos às portas deixando ao vento o trabalho de limpar as Ruas. Quanto à poluição na Ria, aludiu à necessidade de se proibir o lançamento de lixo para a Ria.

O Vogal António Correia da Silva referiu-se, também, ao trânsito no entroncamento com a Estrada da Barra, assunto já abordado pelo Vogal Alte da Veiga, acentuando que existindo ali um troço continuo é vedado seguir para o Hangar das lanchas, sem ser em transgressão, concluindo por solicitar a revisão do assunto.

O Vogal Lúcio de Lemos pôs as seguintes questões: Tem qualquer fundamento a notícia de que foi já aprovado pela Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano o projecto de construção das piscinas? Qual a estimativa de custo dessas piscinas? Porque não se optou por dar prioridade à construção das piscinas do Sporting Clube de Aveiro, obra que, provavelmente, tem custos inferiores à do Beira-Mar que tem a Secção de Natação parada, ao contrário do que acontece com o Sporting de Aveiro? Qual a posição do Executivo Camarário em todo este processo?

TOPONÍMIA: - O mesmo Vogal solicitou esclarecimentos sobre em que pé estão os resultados da Comissão em tempos nomeada para estudar o caso da toponímia citadina.

Imediatamente a seguir o Sr. Engº Sequeira Pereira prestou pormenorizados esclarecimentos acerca das questões suscitadas.

Entraram os Vogais Eduardo Ramalheira, Helder Filipe e Silvério Conde Teixeira.

O Vogal Ulisses Pereira, em relação aos esclarecimentos prestados pelo Engº Sequeira Pereira afirmou: O problema já aqui foi, em parte, levantado. Na realidade, as respostas por escrito não é aquilo que se solicita quando nós estamos aqui a representar os municípes. E pelo facto de estar o Engº Sequeira Pereira e não estar o Presidente da Câmara porque está com o mandato suspenso, embora continue a exercer determinado tipo de actividades e a assumir determinado tipo de responsabilidades como Presidente da Câmara, mas isso é outro assunto que não queria aqui levantar, o que é um facto é que o Sr. Engº Sequeira Pereira tem obrigação de saber qual é o ponto da situação. Porque foi a Câmara que veio a esta Assembleia com a reviravolta no problema das piscinas. Portanto, relativamente a respostas por escrito, não acredito nas respostas por escrito da Câmara. Eu no dia 5 de Junho fiz um requerimento à Câmara que não teve resposta. O Sr. Presidente da Câmara quando foi da discussão do Plano de Actividades prometeu apresentar uma nota introdutória ao Plano de Actividades, conforme consta da acta. Também não foi apresentado. Isto é um assunto que a Cidade tem de ser esclarecida porque o problema não se põe por respostas por escrito, põe-se essencialmente com a transparência e a clareza que deve presidir aos actos da Autarquia. Portanto, eu entendo que se a Câmara não tem neste momento qualidade e competência para dizer aquilo que se passa relativamente às Piscinas que dê a resposta por escrito mas que informe os municípes da forma que entender mais conveniente. Relativamente ao problema das esclusas, a situação passa-se exactamente da mesma forma. Os problemas aqui levantados são problemas pertinentes porque todos os dias nós temos sido sacudidos com notícias

de sucessivos adiamentos na conclusão das eclusas e se a Câmara vai responder por escrito, está mais uma vez ^{a dar} atestado de menoridade aos Membros da Assembleia Municipal que aqui estão. Acho que temos obrigação de dizer que não está bem. Finalmente quanto aos terrenos os leilões têm sido mal sucedidos. A Câmara dá, depois, facilidades adicionais que não estariam inicialmente previstas mas parece que o Sr. Eng^o Sequeira Pereira continua a pensar que esta é a forma correcta de enfrentar o problema da habitação. Porque noticiou o Semanário de 17 de Agosto, que a Câmara se propõe arrancar com o projecto do Cojo, que é capaz de ser um projecto que vai redundar como tantos outros que infelizmente nos últimos três anos foram apanágio do Executivo Camarário e diz-se no mesmo Semanário que provavelmente a Câmara abrirá concursos públicos para a adjudicação da urbanização um projecto de dois milhões de contos. E a concluir: Vamos primeiro por a casa em ordem e depois vamos pensar em relançar os projectos que, efectivamente, podem ser de algum interesse para a Cidade.

De seguida o Eng^o Sequeira Pereira prestou os seguintes esclarecimentos: Na realidade houve um Jornal, O JORNAL DE AVEIRO que veio dizer que a Câmara devia cinquenta mil contos e que, as obras das eclusas estavam paradas porque não pagavam ao empreiteiro. Qualquer Jornalista que não é correcto e que não é honesto pode vir dizer o que quizer nos Jornais porque hoje há liberdade para dizer tudo. Portanto, o desmentido foi pedido pela Câmara ao próprio empreiteiro porque no Jornal diz-se que foi o próprio empreiteiro que disse e a Câmara pediu satisfações ao empreiteiro e este vai desmentir o Jornal no próximo número. Portanto que resposta eu havia de dar melhor que essa? Portanto, leiam o Jornal de Aveiro na próxima edição. A obra de arte está acabada. Neste momento estão a tirar as ensecadeiras. Ainda hoje o empreiteiro me disse que no dia 4 as ensecadeiras já estão também tiradas.

De novo no uso da palavra o Vogal Lúcio Lemos referiu que o problema das piscinas, já se arrasta há muito tempo. Precisamente, trata-se de uma luta que já tenho vindo a desenvolver desde 1959. Eu quero que fique aqui bem ressaltada a seguinte questão: eu não estou contra a piscina do Beira Mar ou contra a piscina de quem quer que seja. O que é preciso é que se façam as coisas mas, atenção, é que isto vai jogar com dinheiros de todos nós. Segundo consta, eu tenho dados mas não quero jogar com eles, as piscinas do Beira Mar, que ainda por cima têm a desvantagem de não estar sequer com a secção em actividade, custam duzentos mil contos calculado por baixo. Segundo sei, também o projecto das piscinas do Sporting Clube de Aveiro, cujo terreno já foi cedido pela Câmara e só falta a aprovação do projecto a nível Superior andam pela casa dos setenta mil contos. Este problema é que é importante. Evidentemente não invalida que amanhã se façam as duas. O que eu duvido

Flavia
[Signature]

é que de lá de cima da Direcção Geral que venha o deferimento para a ~~mesma~~ cidade de duas piscinas. Parece-me, se a Câmara está metida nisto deve procurar ir para soluções de prioridade. E isto agora cá está a questão da transparência que foi aqui posta. Isto não é agora mandarem amanhã uma carta para casa, ou para casa do Dr. Ulisses a dizerem a resposta à questão que aqui estou a pôr. Isto tem que ser dito a nível dos representantes de toda a população do Concelho. Ou nos Jornais ou aqui nesta Assembleia, pensava que fosse aqui nesta Assembleia que viessem as respostas às questões que eu pus. Infelizmente, continuo a ter que me servir dos Jornais para sair deste impasse.

O Eng.º Sequeira Pereira no uso da palavra disse que toda a gente sabe que o Sporting já teve participação e a perdeu por falta de iniciativa. A Câmara continua a apoiar as piscinas do Sporting de Aveiro e tem acompanhado os dirigentes do Sporting para obtenção da participação.

Pos-se a questão de fazer as piscinas o Galitos ou Beira Mar. O Galitos já tinha uma participação para um pavilhão que lhe foi entregue e a promessa de fazer um pavilhão próximo das piscinas que nessa altura estava decidido que fossem municipais. E a concluir: para haver participação para essas piscinas que custam duzentos mil contos, era necessário que elas fossem construídas por um Clube. Foi o que a Câmara deliberou, que essas piscinas destinadas ao Beira Mar para, assim, serem participadas pelo Estado. O que se passou foi isto. Não há nada deliberado quanto à importância. Pretendeu-se apenas ir buscar dinheiro onde o há.

A Vogal Maria Antónia novamente no uso da palavra afirmou: Era só para sublinhar o que já foi dito pelos meus companheiros de bancada.

Quanto ao pedido de esclarecimentos acerca das entradas de Aveiro, a resposta foi de mal o menos; sobre os terrenos da Rua das Pereiras não sabe; sobre a situação das eclusas não responde; sobre as piscinas, resposta particular por escrito. Eu queria sublinhar o seguinte: já disse aqui na Assembleia Municipal, disse muitas vezes ao Dr. Girão, hoje ele não está direi ao representante da Câmara. A Assembleia Municipal está aqui para pedir esclarecimentos e para ser esclarecida. Nós não temos que ser orientados para os artigos dos Jornais, para respostas por escrito particulares, nós estamos aqui no pleno uso dos nossos direitos constitucionais; fomos eleitos para fiscalizar a actuação da Câmara e a Câmara não tem que nos esconder nada. Aquilo que nós pedimos aqui para ser esclarecido deve ser publicamente esclarecido.

Usou a seguir da palavra o Vogal José Luís Cristo que começou por justificar a sua intervenção pelas palavras proferidas por outros colegas de ou-

Heim
Heim

tras bancadas, adiantando que, se os mesmos Colegas soubessem a legislação sobre a organização autárquica iriam verificar que a Câmara Municipal de Aveiro está muitas mais vezes presente nestas reuniões do que aquelas que devia estar e verificariam que esta Assembleia é um Órgão Autárquico independente e que inclusivamente no exercício das suas funções não tem que transformar todas estas reuniões em perguntas à Câmara. E a seguir: Para isso há as sessões próprias. Apesar disso criou-se o hábito de fazer umas perguntas e a Câmara tem respondido. Parece-me que o Sr. Eng^o Sequeira Pereira respondeu a todas as perguntas e só em relação algumas delas entendeu, por não dispor de elementos, dar respostas por escrito. Aludiu ao facto de o caso das piscinas estar nas actas da Assembleia e da Câmara, acrescentando que são as próprias actas que fazem transparecer o que foi deliberado quanto às piscinas.

De seguida o Vogal Rocha Andrade afirmou: Depois de ouvir os tempos de antena de vários Partidos faz-me lembrar aquela história: foram os Senhores que tiveram o atrevimento de vir aqui chamar a atenção da Câmara Municipal para este e aquele assunto? Responderemos nós: culpados. Ora bem, posta esta anedota quero dizer que o Dr. Cristo tem uma visão diferente do meu ponto de vista. Baseado no Art^o 35^o, n^o 1, do Decreto-Lei n^o 100/84, que determina que a Câmara Municipal far-se-á representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia Municipal pelo presidente ou seu substituto legal... a Câmara Municipal não vem cá mais vezes pois está obrigatoriamente sempre representada como a lei determina. A Câmara Municipal não faz favor nenhum.

Imediatamente a seguir entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos -
 - CRIAÇÃO DE DERRAMAS DESTINADAS À OBTENÇÃO DE FUNDOS PARA A EXECUÇÃO DE MELHORAMENTOS URGENTES.

Deram entrada os Vogais António Alves, Almeida e Silva e Coelho e Silva.

O Director dos Serviços Administrativos leu a deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 24 de Junho, último.

O Vogal Almeida e Silva no uso da palavra começou por afirmar que não é contra o lançamento de derramas para se fazer face a uma ou outra realização. Aludiu ao facto de a actual Câmara Municipal estar a chegar ao termo do seu mandato e a futura Câmara pode até não estar de acordo com o lançamento de derrama.

O Director dos Serviços Administrativos leu o Art^o 12^o do Decreto-Lei n^o 98/84, que determina no n^o 5, que a liquidação e a cobrança das derramas

Ulisses Pereira
Set

devem ser solicitadas ao Director de Finanças competente até 30 de Setembro do ano anterior ao do seu lançamento.

Suãu o Vogal Antõnio Sancho.

O Engº Sequeira Pereira prestou esclarecimentos quanto às obras que a Câmara Municipal pretende levar a cabo com o produto do lançamento da derrama.

Imediatamente a seguir usaram da palavra os Vogais Rocha Andrade, Ulisses Pereira, Carlos Paciência, Correia da Silva e Maria Antõnia que referiram a sua discordância em relação às obras indicadas para o efeito ou mesmo pelo lançamento da derrama. Encerrado o período da discussão o Presidente submeteu à votação da proposta da Câmara Municipal que se transcreve.

"DERRAMAS: - Foi deliberado, por unanimidade, de acordo com o Artº 12º do Decreto-Lei nº 98/84, de 29 de Março, propôr o lançamento de derramas da percentagem de dez por cento, a incidir sobre a colecta de Contribuição Predial Rústica e Urbana, Contribuição Industrial e do Imposto de Turismo em todo o Concelho, destinando-se o produto das mesmas à realização das seguintes obras a efectuar na área desta Autarquia: Abertura da Avenida Central e Alargamento da Rede de Saneamento e Ampliação da E.T.A.R..) e que mereceu aprovação por vinte sete votos a favor, quatro contra e duas abstenções."

DECLARAÇÃO DE VOTO: - "Abstive-me pelos seguintes factos: Primeiro - As obras indicadas (na convocatória) para justificar as derramas para 1986, embora sendo necessárias, não são de carácter impriosamente urgente; Segundo - A verba prevista obteve-se com as ditas derramas, cerca de trinta mil contos, não me parece que vá salvar ou equilibrar ou, até, modificar o orçamento para 1986 da futura Câmara (a eleger); Terceiro - Há outras formas de gestão para obter verba igual ou superior sem se recorrer às derramas e que, certamente a futura Câmara não enjeitarã". (Fernando Queirõs de Almeida e Silva)

O Vogal Rocha Andrade apresentou, também, a seguinte declaração de voto: O voto dos elementos da Bancada do PS, que votaram a favor da aprovação das derramas é feito sem prejuízo das preocupações, por um lado, e das críticas, por outro, que pela minha voz foram feitas à proposta da Câmara para criação das derramas. Não quizemos pela nossa parte prejudicar a recepção desta receita. Eventualmente, considerando que poderá ser uma receita necessária à Câmara e que eventualmente esta Câmara não fará ao perceber esta receita algo de diferente. Mais uma vez chamamos a atenção da Câmara para a necessidade de criteriosamente - qual-quer que seja a Câmara, esta ou uma futura, ter uma avaliação correcta das necessidades efectivamente urgentes do Município que justifiquem a criação de derrama.

Pensamos que as necessidades apresentadas sã muito longinquamente correspondem a este conceito, mas apesar de tudo a necessidade da receita levou-nos a votar a favor.

Pessoalmente quero dizer que tenho as mais sãrias dũvidas sobre a legalidade da deliberação que foi tomada, face à violação de um preceito do Regimento que do meu ponto de vista não foi revogado.

O Presidente informou o Vogal Rocha Andrade que a deliberação foi tomada por maioria absoluta.

Finalmente a Vogal Maria Antõnia apresentou a seguinte declaração de voto: "A derrama por lei, é um imposto extraordinário lançado pelas Câmaras para "Satisfação de necessidades urgentes a efectuar na área do respectivo Município". O fim a que se destina este dinheiro é para equilibrar as contas da Câmara e não, como aqui foi dito para alargamento da Rede de Saneamento da E.T.A.R. ou para abertura da Avenida Central. Por experiência passada sabemos que o dinheiro das derramas não tem sido utilizado para melhoramentos municipais urgentes. Não está conforme a lei, nem vai beneficiar os municípes, e por isso votei contra".

PONTO Nº 2 - ALIENAÇÃO DE BENS: - O Engº Sequeira Pereira leu a deliberação tomada na reunião de 29 de Julho, último, que é do seguinte teor: ALIENAÇÃO DE BENS - O Vereador Sr. Engº Sequeira Pereira propõs que se procedesse à venda de quatro lotes de terreno situados nas actuais instalações dos Serviços Municipalizados, ao preço base de licitação de seis mil escudos o metro quadrado, pelo que foi deliberado, por unanimidade, encarregar os Serviços Técnicos de organizarem o correspondente processo e submeter, posteriormente, o assunto à consideração da Assembleia Municipal.

Imediatamente a seguir prestou vãrios esclarecimentos acerca do assunto.

O Vogal Rui de Brito formulou vãrias perguntas nomeadamente, sobre a localização dos terrenos que se pretende vender; se os respectivos lotes estão devolutos; qual a cãrcea, concluindo por perguntar o motivo de tanta pressa na venda concluindo que a Câmara vende terrenos quando tem necessidade de dinheiro.

O Vogal Rocha Andrade, no uso da palavra formulou vãrios pedidos de esclarecimento ao representante da Câmara Municipal, tecendo duras críticas à actuação do Executivo pela inoportunidade da venda.

Depois de aludir ao Plano elaborado pela Macroplan adiantou que, em sua opinião, esta Câmara não se pode orgulhar de ter feito de Aveiro uma Cidade bonita. E acrescentou: Aveiro é hoje uma Cidade feia. Aveiro e através desta Câmara não tem conseguido de forma alguma crescer como uma Cidade bonita. Basta

Peixinho
Peixinho

compararmos com Viseu. Viseu cresce como uma Cidade bonita. Aveiro, infelizmente, não tem crescido como uma Cidade bonita. Esta Câmara nada tem feito para isso. A Avenida Dr. Lourenço Peixinho, assim como o Exército é o espelho da Nação, a Avenida Dr. Lourenço Peixinho é o espelho da Cidade e em matéria de construção a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, de há uns anos a esta parte, que até há três ou quatro anos era uma Avenida bonita, hoje é uma Avenida feia. Nos seus edifícios nota-se a mais completa falta de estética. E isto vem a propósito; oxalá que aqui porventura apressadamente, não estejamos a fazer mais comprometimentos, em matéria da mais absoluta inestética. Oxalá eu me engane porque realmente penso em sã consciência poucos de nós estaremos em condições de aprovar a presente questão da venda de terrenos.

Mas pergunto mais: então neste momento quem ler a imprensa e quem estiver minimamente a par dos problemas de Aveiro sabe que, a Câmara Municipal em terrenos ali adjacentes àqueles que procura agora vender, tem tido uma extrema dificuldade em os vender, basta ler os Jornais, então no momento em que a oferta é maior do que a procura será que a Câmara Municipal ainda quer aumentar a oferta?

E a finalizar: Eu lanço este alerta à Câmara: Se tiver de vender os terrenos ao preço base de licitação a Câmara estará a prosseguir uma péssima actividade.

O Vogal Almeida e Silva pediu vários esclarecimentos, nomeadamente sobre se os quatro lotes de terreno a vender se incluem no Plano aprovado para o local, finalizando por afirmar que se admira com tanta pressa por parte da Câmara em proceder à venda dos mesmos, quando, em sua opinião, quanto mais tarde tiver lugar a venda mais será o montante da alienação.

A Vogal Maria Antónia acrescentou que a Câmara está no fim do seu mandato não deve fazer venda de terrenos e deve estudar maneira de arranjar dinheiro doutra forma.

Se a maioria do CDS votar a favor da venda será responsável pela mesma venda que nós consideramos extremamente inoportuna e que vai dar lugar a muitas especulações. Se isso se vier a verificar pelo menos que haja uma preocupação estética de defesa dos edifícios e que não se repitam os erros que se têm repetido em Aveiro.

De toda a intervenção do Dr. Rocha Andrade houve um ponto que me preocupou e me tem preocupado muito que é a falta de cuidado que esta Câmara tem tido a falta de preocupação com a aprovação dos edifícios que têm sido feitos na Cidade.

A finalizar quero afirmar que é extremamente inoportuno eu considerar mesmo um bocadinho politicamente imoral no fim do mandato fazerem a venda de

lotes de terreno que são da zona mais importante da Cidade.

No uso da palavra o Vogal Correia da Silva referiu que o Dr. Rocha Andrade disse quase tudo sobre o assunto. Adiantou que uma das preocupações que o assalta diz respeito a estética, com culpa da Câmara e talvez não só, criticando o edifício da Segurança Social que tem no cimo um chapéu de cozinheiro.

Finalizou por solicitar várias perguntas sobre a área dos lotes, Zonas verdes, passeios etc. que integrarão aquela área.

Saíu o Vogal Ernesto Barros.

O Vogal José Luís Cristo teceu várias considerações sobre a elaboração do Plano, dizendo que, uma vez aprovado não vê que se possa por hoje em causa vender lotes do Plano aprovado pela Assembleia.

Afirmou depois que lhe parece que não poderá condicionar o seu voto aos argumentos mercantilistas dos elementos dos grupos que o procederam.

Finalizou referindo que um membro ilustre do PS que hoje ocupa altas funções da Administração Central fez uma afirmação em Aveiro segundo a qual, em Paris, os lotes de terreno para construção são mais baratos do que em Lisboa porque a oferta é maior que a procura, adiantando ainda que, em sua opinião é o que a Administração tem que fazer.

Saíu a Vogal Maria Fernanda Neves.

Imediatamente a seguir o Vogal António Alves fez algumas perguntas ao representante da Câmara Municipal a que este respondeu.

Saíram os Vogais Albertino Oliveira e Vicente Ferreira.

Os Vogais Maria Antónia, Correia da Silva, Helder Filipe e Eduardo Ramalheira teceram algumas críticas à questão em debate.

O Eng.º Sequeira Pereira comunicou que a Câmara encomendou à Macroplan um estudo sobre as fachadas e materiais a usar nas fachadas, e, assim, as construções a levar a efeito tem de obedecer aquele estudo, concluindo por afirmar que a Câmara deliberou que dentro da Zona da Cidade todos os projectos a apresentar ao Executivo têm de ser assinados por um Arquitecto, atitude que tem em vista a melhoria das fachadas.

Finalmente passou-se à votação tendo-se verificado o seguinte resultado: a favor 16 votos; contra 11 e 2 abstenções.

Handwritten signature and initials in the top right corner.

O Vogal José Luís Cristo apresentou a seguinte declaração de voto:

Eu votei a favor pelas razões já explicitadas e, manifestando a minha opinião diversa duma opinião de outro companheiro desta Assembleia a respeito de opinar ele de que devia ser uma maior área posta à venda de cada vez, eu queria dizer que Roma e Pavia não se fizeram num dia.

O Vogal Ulisses Pereira fez a seguinte declaração de voto:

A Bancada do PSD votou contra porque considera este acto de gestão camarária profundamente errado, inoportuno e porque continua a representar uma maneira de subverter e destruir o centro citadino.

PONTO Nº 3 - CRIAÇÃO DE LUGARES: - O Chefe de Repartição, Rui Barros

leu a deliberação da Câmara Municipal que criou o lugar de técnico auxiliar de BAD de 2a. classe e prestou vários esclarecimentos.

O Vogal Carlos Paciência começou por referir que recentemente criticou o facto da Câmara ter apresentado um quadro de pessoal e passados uns dias submeteu à consideração da Assembleia uma alteração, o que hoje, novamente se repete. Adiantou que em sua opinião esta proposta não está razoavelmente posta, pois entende que a Câmara não deve criar lugares para promover A, B ou C mas deve criar os lugares necessários que sejam ocupados por alguém pela sua competência. E a seguir: eu quero dizer o seguinte: "Louvou-se aqui a maneira como foram elaborados os quadros de pessoal da Câmara. Ora, sucessivamente têm vindo aqui propostas de alteração dos quadros do pessoal". A concluir: "Eu penso que a Câmara reconhece que o quadro é insuficiente deve fazer uma alteração completa, de uma só vez.

O Chefe da Repartição prestou esclarecimentos, informando que hoje mesmo vem, também, a criação de mais um lugar de Chefe de Secção, aliás previsto no organigrama respectivo, o que não aconteceu.

Posta à votação a deliberação de criação dos lugares de técnico auxiliar de BAD de 2a. classe e de Chefe de Secção nos Serviços de Acolhimento e Arquivo foi obtido o seguinte resultado: A favor 28 votos e 1 abstenção.

E não havendo mais nada a tratar foi encerrada a presente reunião.

Era 1 hora.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta de tudo que se passou, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

Large handwritten signature at the bottom of the page.